

A EDUCAÇÃO RURAL E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DOS PROFESSORES LEIGOS

*Fábio Garcez de Carvalho*¹

Resumo

O artigo é resultado de pesquisa desenvolvida no PPGE da UFRJ, que culminou na Tese As pequenas comunidades rurais e o ofício de ensinar: de professor leigo a funcionário público (1940-2000). O município de Icapuí vivenciou a universalização do ensino fundamental e o processo de profissionalização dos professores leigos nos anos 1980. Operando com a micro-história, propusemos analisar os professores leigos no contexto comunitário, considerando as redes de relações típicas das sociedades rurais. Assumimos, então, uma análise relacional com vistas a desvendar o processo de construção social do grupo docente no meio rural. O estudo se propõe a explorar a diversificada história da profissão docente no Brasil.

Palavras-chave: professores leigos; história da profissão docente; micro-história.

¹ Doutor em Educação (PPGE-UFRJ). Professor Titular do Colégio de Aplicação da UFRJ. Integra o Mestrado Profissional de História, vinculado ao Instituto de História da UFRJ.

RURAL EDUCATION AND SOCIAL CONSTRUCTION LAY TEACHERS

Abstract:

The article is a result of research developed at the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ), which culminated in the Thesis *Small rural communities and the teaching profession: from lay teacher to public employee (1940-2000)*. The municipality of Icapuí experienced the universalization of elementary education and the professionalization process of lay teachers in the 1980s. Using microhistory, we proposed to analyze lay teachers in the community context, considering the networks of typical relations of rural societies. We assume, then, a relational analysis in order to unravel the process of social construction of the teaching group in rural areas. The study proposes to explore the diverse history of the teaching profession in Brazil.

Keywords: lay teachers; history of the teaching profession; micro-history.

Durante muito tempo, os contextos e os sujeitos da educação do meio rural não despertaram a necessária atenção dos pesquisadores de História da Educação. De fato, os estudos enfocados na cultura material e na sociabilidade das escolas urbanas têm contribuído para a rica produção de pesquisas acadêmicas no Brasil. No tocante aos estudos referentes à História da profissão docente no Brasil, podemos dizer que têm apresentado enorme vigor nas últimas décadas, demonstrado na variedade de abordagens teórico-metodológicas e no fértil diálogo entre diferentes saberes. Entretanto, não seria exagero dizer que esta temática ainda apresenta enorme potencial de exploração. É o que foi possível constatar durante os estudos de doutorado, a partir do qual foi travado um rico diálogo com as experiências vivenciadas por professores leigos. A educação no meio rural e os seus agentes são o foco de análise da tese *As pequenas comunidades rurais e o ofício de ensinar: de professor leigo a funcionário municipal (1940-2000)*.² Aliás, adentrar neste universo significou tratar especificamente do professor leigo; personagem predominante no cenário educacional rural brasileiro durante longo período do século XX e ainda hoje presente na educação brasileira.³ Assim, optou-se por analisar a trajetória de professores leigos, em particular, os que nasceram, viveram, e compartilharam variadas experiências no interior de comunidades rurais localizadas no município cearense de Icapuí.

2 A tese foi defendida em 2013, tendo iniciada a pesquisa com o ingresso no doutorado, sob a orientação da professora Doutora Libânia Xavier, vinculado a Linha de Pesquisa Instituições e Políticas Educacionais do Programa de Pós-Graduação de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

3 Conforme é possível verificar no *Estudo exploratório sobre o professor brasileiro* com base no Censo Escolar da Educação Básica 2007, existem 119.323 professores leigos, equivalendo a 6,3% do total de professores do país, distribuídos nas zonas urbanas e rurais.

ICAPUÍ COMO PONTO DE PARTIDA PARA A CONSTRUÇÃO DO CAMPO DE OBSERVAÇÃO

A opção por analisar os professores leigos residiu na convergência de um conjunto de fatores relacionados às experiências afetivas do pesquisador com a região e a dinâmica político-social vivenciada pelo município a partir de meados dos anos 1980. Vale ressaltar que os vínculos familiares foram importantes para a inserção junto às comunidades locais, sobretudo se considerarmos que as famílias rurais constroem intrincadas redes de relações no tempo e no espaço; são repositórias de uma cultura local, de experiências políticas e de narrativas que contribuem de maneira decisiva para o mergulho do pesquisador no seu campo de investigação. Por meio dos contatos familiares, tornou-se viável o encontro com professores/as locais e com agentes administrativos da Secretaria de Educação, que se mostraram estratégicos no transcurso da pesquisa, seja na indicação dos lugares de documentação ou mesmo na indicação de entrevistados que exerceram o ofício de ensinar na região e/ou tiveram importante papel de mobilização das comunidades rurais em torno da educação.

Para tratarmos da dinâmica político-social, em primeiro lugar, é necessário situar o município no espaço e no tempo. Localizado na fronteira leste do Estado do Ceará, o Município, com extensão territorial de 430 Km², é uma região que vivenciou aceleradas mudanças desde os anos 1980. Anteriormente, a região era administrada pelo município de Aracati. Marginalizada pelas sucessivas administrações de Aracati, a região foi marcada pela ausência de políticas sociais na área de educação e saúde. O professor leigo predominava.⁴

⁴ No artigo intitulado *Educação prioridade 1 na administração municipal*, encontramos dados relativos ao número de professores municipais, conforme nos indica o trecho a seguir: “Quando Icapuí passou a município, possuía apenas nove unidades escolares com trinta professores não qualificados e sem condição de atender a demanda de alunos que procuravam a rede de ensino pública de Icapuí” (Ver: Força do Povo, Órgão Informativo da prefeitura de Icapuí, n.º 6 / julho de 1987, pp. 04 e 05). Por outro lado, Almeida (1993, p.20), em artigo sobre a gestão pública em Icapuí, aponta a existência de 37 professores em exercício no ano de 1986.

No entanto, com a emancipação política a partir de 1985, houve iniciativas políticas com vistas a construir um sistema local de ensino público que vem se consolidando até os dias de hoje.⁵ O que nos despertou a atenção foi o fato de que os ditos professores “não qualificados” foram incorporados ao quadro docente do município. Isto quer dizer que foi com os professores leigos que o município construiu o sistema de ensino local após a emancipação. A luta política de emancipação não foi o objeto de estudo, mas tornou-se marco importante na construção do imaginário político das comunidades rurais locais e na própria construção do sistema de ensino local. Há que se registrar que a luta em favor da criação de Icapuí acabou por entrelaçar-se com as expectativas dos professores frente à possibilidade de rompimento com uma situação de abandono e opressão, cujo epicentro localizava-se na cidade de Aracati. A educação, portanto, compôs parte importante de uma narrativa de conquistas e de libertação social.

Convém salientar que Icapuí foi a primeira experiência do Partido dos Trabalhadores (PT) no interior do Ceará nos anos 1980, conforme registros da memória política de José Airton Cirilo, publicados nos livros *Icapuí: uma história de luta* e *Autonomia Municipal: Icapuí uma experiência inspirada na Pólis*. Os desafios enfrentados foram imensos. O Partido se estruturava no município, cuja primeira representação legislativa eleita⁶ era amplamente adversa ao Prefeito, oriundo da ala progressista do Partido do Movimento Democrático

5 Conforme dados obtidos a partir da consulta em <www.edutabrazil.inep.gov.br/resultado.jsps>, Icapuí dispunha em 2006, de 4.180 alunos matriculados em 18 escolas municipais de ensino pré-escolar e ensino fundamental, do 1º ao 9º ano, onde estão alocados 131 professores.

6 A primeira legislatura do município de Icapuí, de acordo com os dados apresentados por Cirilo (1992, p. 48), contou com a eleição de José Edilson da Silva (PMDB), Nonato de Souza Rebouças (PDS), Antônio César Rebouças (PMDB), Maria de Lourdes Holanda Ferreira (PFL), Raimundo Bonfim Braga (PMDB), Oceliano Moreira de Oliveria (PDS) e Francisco Borges de Souza (PDS). Se por um lado, o Partido Democrático Social (PDS) e o Partido da Frente Liberal (PFL) eram compostos por políticos oriundos da antiga Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido de sustentação do regime militar, por outro, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) era a agremiação que conduzia o processo de redemocratização do país.

Brasileiro; e, para agravar o cenário político, o ingresso de José Airton no Partido dos Trabalhadores ocorreu em uma conjuntura que, em sua própria avaliação, enfrentava a “[...] rebordosa do fracasso da administração popular de Fortaleza, da prefeita Maria Luiza Fontenelle, que deu armas à oposição [...]” (1992, p. 61) em sua luta contra a prefeitura do PT em Fortaleza, bem como a qualquer tentativa de expansão do Partido no interior do Estado. Assim, uma agremiação de base sindical e urbana, surgida nos grandes centros industriais, agregava à sua cultura política os desafios oriundos da gestão pública no campo.

As primeiras impressões é de que havia um cenário social e político instigante em razão da continuidade de gestão entre 1989 e 2004. Em vinte anos, as administrações petistas foram as responsáveis por fundarem as políticas públicas do Município.⁷ Políticas que culminaram com premiações nas áreas de educação e saúde, das quais se destacam as concedidas pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF): o prêmio Criança, Paz e Educação, de 1991, pelo fato de o Município ter garantido a matrícula de todas as crianças na escola; e o selo UNICEF - MUNICÍPIO APROVADO, em 2000, por terem sido implantadas políticas para a infância nas áreas de educação e saúde, que garantiram a universalização do ensino e o combate à mortalidade infantil.⁸

À essa altura, podemos dizer que a dinâmica política do município e as relações afetivas e emocionais do pesquisador se imbricavam a ponto de se tornar um ponto de partida para a investigação. A construção do objeto de pesquisa ocorreu à medida que o pesquisador se inseria no cenário social graças

7 Estamos diante de um caso que se contrapõe ao fenômeno atávico da ausência de continuidade das políticas educacionais conforme as mudanças provocadas pelo calendário eleitoral do momento. Esse fenômeno que causa deletérias consequências para a educação foi conceituado por Cunha (2005), como a política de zigue-zague.

8 Ver: Lotta, Gabriela & Martins, Raphael. *Estudo da continuidade dos projetos educacionais no Município de Icapuí*. Cadernos de Gestão Pública e Cidadania. vol. 26. São Paulo: FGV-SP, julho-2003, p. 52.

às vinculações familiares que possibilitaram a sua plena circulação junto aos agentes individuais e coletivos locais. Os professores leigos tiveram participação ativa na emancipação do município, cabendo-lhes a incorporação ao sistema escolar que se implantava. Não por acaso, as entrevistas nos ofereciam vestígios de experiências políticas e educacionais, vivenciadas pelos professores leigos.

Se a motivação da pesquisa surgiu da experiência política concreta desses agentes sociais, o acompanhamento de suas trajetórias individuais nos levou a considerar a inserção dos professores leigos nas comunidades rurais antes da criação de Icapuí. O antes e o depois da emancipação acabou por ensejar uma abordagem histórica, ou seja, se considerou essencial para a análise da educação junto às comunidades rurais as trajetórias pregressas dos professores leigos e os contextos comunitários no tempo.

OS PROFESSORES LEIGOS E A EDUCAÇÃO NAS COMUNIDADES RURAIS

Convém registrar que a atuação dos professores leigos ocorreu em espaços não formais, a exemplo da casa do/a próprio/a professor/a, de familiares ou de membros das comunidades de vizinhança, conforme podemos nos testemunhos a seguir:

Ah! meu filho o ensino aqui era na própria casa dos professores. A minha primeira professora foi a minha mãe, foi a minha mãe, ela ensinava aqui em Quitérias. Daqui para Quitérias são quatro quilômetros. Ela ia de pés e eu acompanhava a minha mãe. Ela dava aulas e minha segunda professora foi em Olho d'Água. Comunidade já distante, nós íamos de pés. Toda a sala de aula era na casa do professor. Até a minha primeira atuação como professora foi na minha casa, na minha residência. (Maria de Lourdes, entrevistada em: 27 de julho de 2009).

Aí eu comecei a ensinar particular os pais queriam que eu ensinasse particular. Aí eu botei a escolinha, ainda continuei em Icapuí uns dois ou três anos lá no prédio onde funcionava a escola da paróquia. Aí depois, o Estado pediu o prédio. Não tendo onde ensinar, eu volto para Cajuais que era onde eu morava e aluguei um quarto lá. Um pouco mais adiante lá em Mutamba ensinei uns anos de forma particular. Muito aluno para gente. Tinha ano, que eu tinha de 93 alunos de uma classe, divididos em três períodos quase direto. Só tinha uma hora do dia que eu vinha almoçar em casa. Eram três horários de turmas: de sete às dez, de dez a uma, sem parar e vinha almoçar, de duas às cinco dava o terceiro período, eu sozinho. Eu sozinho fazia isso durante diversos anos. Depois desse período, a dona da casa lá pediu o salão onde eu ensinava. Eu voltei para Cajuais, construí um quartinho e lá eu ensinava também particular durante alguns anos. Nesse período que eu passei ensinando particular e se estendeu por aproximadamente por vinte e dois anos antes da criação do município por causa do convênio que a paróquia tinha com o Estado e foi cortado. Então, a gente teve essa missão de se submeter a ensinar particular para pais pobres. Alguns pagavam e outros não tinham como pagar. Mas mesmo assim me sinto muito feliz em ter feito este esforço porque para mim às vezes me satisfaz espiritualmente eu ter feito... ter tido essa participação na educação do município de Icapuí. Trabalhei como particular durante vinte e dois anos. Esse período eu perdi todinho porque eu não tive como comprovar o trabalho e a questão de previdência para mim foi morta”. (Gabriel, entrevistado em: 31 de julho de 2009)

Há nesses depoimentos duas características que se cristalizaram ao longo do tempo, tendo sido interrompidas com a criação do município: 1) o ambiente doméstico como lugar de ensino se perpetuava, constituindo-se em prática transmitida entre as gerações; e 2) a instabilidade do ofício de ensinar. O alto grau de instabilidade da ação educativa, evidenciado pelas interrupções do processo educacional e

improvisações de toda ordem tornou a educação de jovens e crianças dependentes de iniciativas dos próprios professores/as, sobretudo no que diz respeito à organização do espaço para o ensino. Com a inserção dos professores leigos em espaços escolares surgidos a partir da implementação de políticas públicas após a emancipação, novos desafios se impuseram a um grupo que construiu sua trajetória em condições materiais adversas e forjou experiências vinculadas a um lugar específico. Dispúnhamos, portanto, de um grupo de testemunhos que vivenciou a transição da escola doméstica para a escola formal.

Analisar este contexto de mudanças educacionais locais, nos quais se inserem os professores leigos exigiu o estudo do processo de institucionalização da ação docente em sua historicidade. Isso se tornou necessário, visto que o professor leigo surgia como agente estratégico na educação rural, ou seja, como líder nas comunidades ou como agente responsável por organizar o espaço escolar. Fundam-se práticas e modos de ação que se perpetuam no tempo e espaço. Daí a opção por uma temporalidade de amplitude suficiente para abranger gerações de professores.⁹ O corte temporal proposto para a investigação abrange o período entre 1940 e 2000, marcado por mudanças na educação do município, cujas evidências se fazem presentes na expansão do sistema de escolas formais e na institucionalização da profissão docente. Evitamos, assim, a imposição do tempo da História política tradicional, o que

9 Foi na obra de Cerutti (1990, p.74) que trata da formação dos grupos sócio-profissionais em Turim no século XVIII onde foi possível identificar a validade de se operar com o termo geração. Este é composto, segundo a autora, de um grupo de indivíduos de uma mesma faixa de idade que tecem uma rede de experiências. Isto não significa que o pesquisador deve buscar exclusivamente elementos que tornam homogêneos um dado grupo humano, mas sim que seja reconhecido como dotado de um certo horizonte, cujas fronteiras são traçadas por uma linguagem comum. Esta acepção de geração não apenas foi útil para estabelecermos um critério para a seleção e classificação de nossos testemunhos, mas também para servir de suporte para acompanharmos as dinâmicas interacionais da permanência ou da mudança.

resultaria em considerarmos a história de Icapuí como mera reprodução da República autoritária do Estado Novo, sucedida pelo período da República – insistentemente intitulada de populista –, ou da República ditatorial após 1964; além de evitarmos também a periodização econômica que submete o campo da educação aos ritmos do desenvolvimento capitalista industrial brasileiro. Optou-se, então, por explorar as narrativas locais conferindo aos marcos temporais estreita relação com as diferentes gerações de professores leigos que vivenciaram uma rica experiência de trabalho em um mundo rural de adversidades e incertezas. 10

Nesse sentido, foi possível identificar professores leigos de variadas gerações, a exemplo do grupo que iniciou a sua trajetória no período de emancipação e aqueles cujas trajetórias foram marcadas pela atuação à época que a região era distrito de Aracati.

No entanto, expandir a investigação para temporalidades mais extensas impôs outros problemas de pesquisa. Este foi o caso do território por onde os indivíduos e grupos forjaram as suas trajetórias. Com efeito, o município de Icapuí é recente e as experiências dos professores leigos foram construídas em um território demarcado por outras configurações político-administrativas, onde os contemporâneos imprimiam significados e sentidos compartilhados. Isto quer dizer que circunscrever a trajetória dos indivíduos a uma unidade político-administrativa poderia resultar na imposição de uma noção de território e de uma dimensão de experiência distante daquelas vividas por indivíduos em outras temporalidades. Daí a opção por construir um espaço intitulado Região das Praias cuja extensão territorial não se restringe ao atual município, mas inclui territórios próximos por onde foi possível observar a presença da ação dos professores leigos. Procurou-se, então,

10 Foram entrevistados 11 professores/as, divididos em dois blocos: os professores/as que iniciaram a sua trajetória no período que marcou a emancipação do município com a construção do sistema de ensino de Icapuí e os professores com trajetórias forjadas antes da emancipação.

imprimir a noção de um local relacional. Nesse sentido, o eixo norteador de nosso argumento é que o debate sobre a “questão local” pode ser um caminho enriquecedor para o estudo da educação rural, de seus agentes e dos processos de expansão da escolarização.

À medida que os dados empíricos eram explorados, optou-se por um local construído a partir da interação do pesquisador com um objeto prenhe de historicidade e de relações. Pode-se objetar a respeito da categoria local, mas é inegável reconhecer que ainda fomenta o debate. É o que pude constatar em Faria Filho (2009), Nunes (2007; 2009) e Xavier (2009) que, ao se enveredar por esse debate, serviram como referências para a pesquisa; alertam para o fato de que a pluralidade sociocultural brasileira necessita ser apreendida a partir de teorias que levem em consideração o local e o regional na configuração do campo educacional.

Faria Filho (2009, p. 57-66) trata o local como unidade de análise e como campo epistemológico, entrelaçando-as, quando possível, com a produção historiográfica e antropológica sobre o tema. Buscou-se, assim, considerar o local em sua especificidade histórica, identitária e relacional, conforme sugere Augé (1997) em sua reflexão acerca do lugar antropológico, o que tornou possível tratar o local como agente indispensável na intermediação entre os diferentes agrupamentos humanos e os diversos níveis da vida social: o econômico, o político e o cultural. Afinal, o espaço de pertencimento dos personagens é a Região das Praias, território construído no decorrer da pesquisa a partir de um recorte que toma como referência as redes de relações sociais tecidas pelos professores leigos. É neste espaço onde foram forjadas as identidades laborais e o complexo processo de construção social de um ofício.

Família e comunidades rurais na configuração social dos professores leigos

Definido o corte temporal e o espaço em que atuaram os professores leigos, fomos em busca de uma perspectiva

analítica que nos possibilitasse, a partir do acompanhamento das trajetórias individuais, analisar as dinâmicas sociais presentes no processo de constituição dos professores leigos como grupo social que exerceu o ofício de ensinar.

A essa altura, vale tecer algumas considerações sobre o aporte teórico-metodológico. Optou-se por operar com a micro-história italiana, especialmente Giovanni Levi e Edouardo Grendi. A plataforma de pesquisa de Grendi (2009, p. 39-49) que propunha investigar as relações entre indivíduo e grupo soaram pertinentes à pesquisa sobre os professores leigos, uma vez que as relações entre aqueles que abraçaram o ofício de ensinar e as comunidades em que estavam inseridos se tornaram uma questão a ser considerada no processo de construção social do grupo de ofício. Vale registrar que não houve a intenção de se concentrar na história de vida,¹¹ mas sim na investigação das relações entre indivíduo e os grupos humanos que os circundavam e nos quais se inseriam, pois é no mundo relacional que se buscou a resposta para a questão de estudo: Como se constituiu o grupo social docente em Icapuí?

Cumpre destacar que a produção historiográfica baseada na micro-história tem estado presente na História da Educação, especialmente a produção de Carlo Ginzburg.

11 Tratamos da narrativa dos professores como matéria-prima indispensável para investigar a história da formação de um grupo social que incorporou em seu cotidiano o ofício de ensinar. Não utilizamos essas narrativas com vistas a propor uma reflexão sobre o valor heurístico da história de vida para as pesquisas sobre o trabalho docente; tarefa que já vem sendo encaminhada de maneira sistemática a ponto de ser possível constatar que “[...] no Brasil, as histórias de vida como metodologia de investigação científica, no campo da Educação, ganharam força nos últimos quinze anos”, tendo como foco o “[...] estudo de trajetórias de formação e trajetórias profissionais de professores, no estudo dos saberes docentes, na formação continuada” (Lelis, 2010, p.261). No plano internacional, também, houve a consolidação de uma longa tradição de estudos de história de vida dos professores. McCullough (2010, p. 6-8), baseado na produção acadêmica em língua inglesa, refere-se a uma variada gama de estudos fundamentados em relatos de professores, que contribuíram para o debate em torno da identidade, da memória e de suas práticas. Consolidou-se, assim, um vigoroso resgate dos professores na condição de agentes fundamentais do processo educativo.

Tendo em conta que a perspectiva era de explorar as dinâmicas sociais presentes no processo de constituição dos professores leigos como grupo social, o caminho proposto foi dialogar com categorias e noções que contribuíssem para perscrutar a construção social de um ofício.

Se Grendi(2009) propõe explorar as relações indivíduo e grupo, Levi (2000) concebe as comunidades rurais como rede de relações sociais. O autor atenta para o fato de que os estudos nas Ciências Sociais enfatizavam a concepção de imobilidade e passividade das comunidades rurais frente aos contatos com o mundo exterior, sendo imprescindível, “[...] superar esta descrição estática da comunidade” (Levi, 2000, p. 48). Considerando esta perspectiva de investigação, buscou-se analisar as comunidades de Icapuí em sua própria dinâmica social, em seus equilíbrios e mudanças, sem submetê-las exclusivamente às determinações de fatores externos: a industrialização, o capitalismo, a urbanização. Isto quer dizer que buscamos nas dinâmicas familiares e nas comunidades de vizinhança os mecanismos sociais e políticos que tornaram possíveis aos indivíduos construir trajetórias pessoais e de trabalho tão distintas de seu meio social de origem.

Dialogando com os autores, enveredou-se por um caminho que procurou investigar a inserção dos professores leigos em contextos rurais nos quais se destacavam as relações familiares e comunitárias. No que diz respeito às comunidades da região das Praias, cabem algumas considerações. Em primeiro lugar, a significativa presença de pequenas e médias propriedades.¹² Ora, comumente quando se trata de área

12 Conforme foi possível constatar, verificamos que 70% das propriedades rurais no município de Icapuí em 1991 apresentavam até 10 hectares. De 10 a 100 hectares, 22% das propriedades rurais (Fonte: *Informações Gerais sobre o Município*. Prefeitura Municipal de Icapuí: Com o povo rumo ao novo. Não paginado. Gabinete do Prefeito. Assessoria de planejamento e Coordenação. 1992). Vale registrar que de acordo com a Lei n. 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, o tamanho das propriedades rurais no Brasil é definido a partir de cálculos baseados

rural nordestina, associa-se a estrutura rural ao latifúndio, fonte de brutais relações de dominação no campo. Entretanto, os dados apontavam para o predomínio de pequenos e médios agricultores. Isto quer dizer que a vida comunitária girou em torno de uma produção de subsistência que incluía o cultivo de coco, feijão, mandioca e criação de gado, sendo obrigatório ainda agregar a pesca como atividade de sobrevivência das comunidades litorâneas.¹³ Em torno destas atividades, as famílias e as comunidades de vizinhança elaboravam as suas estratégias de sobrevivência.

Um tipo de atividade social comum no campo foi o mutirão.¹⁴ Não é imprudente dizer que essa forma de trabalho cooperativo na região das Praias era mais comum do que se imagina à primeira vista. A composição familiar e a presença da pequena e média propriedades em um ambiente de privações materiais e de técnicas agrárias rudimentares favoreciam as relações de auxílio mútuo. Afinal, na impossibilidade de

em módulos fiscais, expressa em hectares. As propriedades com até 4 módulos fiscais são consideradas pequenas, e aquelas entre 4 e 15 módulos, médias, e acima de 15 hectares grandes propriedades. (Ver: Salete, Roseli; Pereira, Isabel Brasil [et al]. *Dicionário da Educação do campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. pp. 445-450).

13 As informações sobre a economia agrária de Icapuí nos anos 1940, pode ser encontrada no memorialístico: LIMA, Abelardo Costa. *Terra Aracatiense*. Biblioteca de História do Ceará – I. Ceará, Fortaleza: Ramos & Poucharain. 1941.

14 Após a Segunda Guerra Mundial, o mutirão havia atraído a atenção de pesquisadores da vida social rural brasileira, a exemplo de *Os parceiros do Rio Bonito*, de Antônio Cândido. Mas foi na obra *Mutirão*, de Clóvis Caldeira (1956), que encontramos um interessante estudo sobre o este tema. Nela, o mutirão é associado às práticas de auxílio mútuo, motivadas por variáveis de diferentes tipos, a exemplo das relações de amizade, parentesco e compadrio, vinculando-se a uma iniciativa pessoal ou de grupo. Uma forma de trabalho coletivo que em sua acepção estaria em vias de desaparecimento, mas ainda assim era possível encontrar inúmeras de suas formas no campo brasileiro.

contratar trabalhadores ou pagar por serviços o trabalho mútuo minimizava as incertezas e os perigos do mundo.

Adentramos, assim, nas relações de solidariedade que se faziam presentes nas trocas entre famílias, bem como no interior do próprio núcleo familiar, sendo a divisão de tarefas entre os seus membros um dos elementos centrais da vida no campo. Isso não significa que a sociabilidade camponesa apresente um equilíbrio perfeito, eliminando qualquer fonte de instabilidade, tensões e disputas. A possibilidade desse equilíbrio precário ser rompido trazia incertezas e temores. O depoimento a seguir apresenta tensões que cruzam o equilíbrio precário da família rural, quando um de seus membros inicia a atividade de ensinar.

A família não reagiu bem. No início, quando eu tinha 18 anos, eu e meu pai trabalhávamos na roça. Tem um lugar Cajazeiras, a gente ia trabalhar e passava a semana lá. Eu ia a modo de cuidar... mais de fazer a comida. Então lá um senhor...ele me convidou. Rapaz você é uma pessoa que sabe ler bem. Venha dar aula aqui particular. Eu não tinha muita vontade de ir pra casa dos outros. Ia deixar a casa dos meus pais para ir pra lá então ele chegou a me convidar. E comecei a ensinar particular, passei três anos lá. Depois de lá eu fui pra Fortaleza, trabalhar na J.J. Macedo. E na minha volta, eu passei a ensinar particular (*Epitácio, entrevistado em: 27 de julho de 2009*).

O que deve ser registrado no depoimento é que, ao exercer outra atividade, a família poderia deixar de contar com um de seus membros para a faina agrícola. Dúvida que era compartilhada pelo próprio jovem e que apontava para um fenômeno típico às sociedades camponesas locais: a tensão entre a valorização da educação formal e a ausência de significado da escolarização para certos grupos familiares. O que significaria para as famílias rurais a educação de seus

filhos ou até mesmo a atuação de seus filhos/as na condição de professor? Para algumas famílias a escolarização de seus membros nem sempre se constituía em prioridade, mas para outras a criação de condições para os seus filhos/as dominarem a escrita e a leitura era um movimento que se incorporava às estratégias familiares de sobrevivência. Dúvidas e dilemas que estiveram presentes, inclusive, na construção das trajetórias dos professores leigos.

Se os professores leigos não vivenciaram um processo de socialização profissional no início de sua trajetória em instituições formadoras, foi em suas relações familiares e na sua inserção nas comunidades rurais que procuramos buscar os vestígios de um complexo processo de socialização de indivíduos em torno do ofício de ensinar. Foi na sociabilidade camponesa, com seus valores e modos de sobrevivência próprios, que nos propusemos analisar o modo pelo qual se reproduziram práticas sociais e políticas, responsáveis pela capilarização da educação de tipo escolar, incluindo aí a presença dos professores leigos.

Analisar as razões que levaram um núcleo familiar camponês a direcionar um de seus membros para o exercício de ensinar exige um foco sobre as famílias, indivíduos e comunidades de vizinhança, que nos remetem a uma rede de relações cuja exploração se tornou necessária para perscrutar o processo de formação do grupo social docente. Isso implicou que buscássemos operar com escalas de observação e evitasse a imposição aos variados agentes de contextos previamente definidos pelo pesquisador. Para tanto, recorreremos à Levi (1992; 2000; 2006) que propõe uma concepção de contexto construído por indivíduos e coletividades que circulam por sistemas normativos diversos e prenes de incoerências,

a exemplo da família, Estado e Igreja.¹⁵ Acompanhar a circulação dos professores leigos por contextos múltiplos nos possibilitou perscrutar a complexa trajetória de indivíduos em sua constituição como grupo social.

Pretendeu-se, então, trabalhar com uma noção de contexto que incorporasse a ação transformadora dos sujeitos individuais e coletivos. Nessa acepção o indivíduo não é submetido a constrangimentos e limitações de um contexto que o submete a uma posição em uma dada hierarquia social e a um padrão médio de sociabilidade. Buscou-se, então, explorar as tensões e potencialidades da ação do indivíduo em contextos instáveis e dinâmicos, direcionado o olhar para as suas escolhas, negociações e estratégias de sobrevivência em situações de adversidades sociais e políticas.

A nosso ver, isso traz importantes implicações para a abordagem dos processos de expansão dos sistemas públicos de ensino em áreas rurais periféricas: ao invés de analisarmos a capilaridade do processo de escolarização como fruto exclusivamente da ação do Estado, abriu-se a perspectiva de lançar as lentes de observação sobre o protagonismo de agentes individuais e coletivos; isto quer dizer que propúnhamos uma abordagem que superasse a passividade dos agentes perante o Estado onipotente.

Ter enfocado a expansão da escolarização em sua relação com a sociedade civil ensejou a incorporação da luta e das demandas dos indivíduos e grupos populares pelo direito à

15 Esta é uma categoria cara a Levi (2000) e que nos propusemos operar. Em linhas gerais, podemos dizer que dos sistemas normativos são emanados os princípios gerais que orientam a conduta dos agentes individuais e coletivos nos mais variados âmbitos da vida social: a conduta política por intermédio da ação do Estado e o comportamento social por meio da ação da Igreja e/ou da família. No entanto, ao contrário de concebê-los como sistemas homogêneos, fatores de inserção de indivíduos e grupos na vida social, o autor considera as normas como sistemas plenos de incoerências e ambiguidades. Esta concepção é central, pois de acordo com Lima (2006, p. 273) “a ênfase na ambiguidade dos sistemas normativos que constituem a sociedade está ligada à necessidade de colocar a mudança como objeto central da análise”.

educação pública, mesmo que isso não se expressasse em lutas políticas formais. O enigma da pesquisa era entender como alguns indivíduos optaram pelo ofício de ensinar e por que eles o mantiveram vivo diante de todo tipo de adversidade. Eis, então, o desafio que se impôs: explorar o grau de liberdade dos agentes individuais e coletivos, que os permitiram driblar os constrangimentos sociais mediante a construção de estratégias de sobrevivência e superação.

À medida que avançávamos na exploração dos dados empíricos, verificamos que estávamos diante de professores leigos com trajetórias não-lineares em suas atividades de trabalho. Sem ter transitado no início de sua trajetória em instituições formadoras de professores, apresentavam ainda as marcas da escolarização precária, limitada aos rudimentos da leitura, escrita e de operações matemáticas básicas realizada em ambientes improvisados; e não raro com interrupções provocadas por um sem número de fatores de ordem social e familiar. Por isso que o contexto relacional ganhava relevância para a análise da configuração dos professores leigos como grupo de ofício específico e, por que não dizer, de sua própria identidade laboral.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Procuramos apresentar os caminhos que permearam a investigação sobre a construção social dos professores leigos de Icapuí. O que se tornou instigante foi explorar a lenta mudança no campo da educação, ilustrada pela implantação do sistema de escolas e pela institucionalização, em nível local, do ofício docente. Propor uma grade analítica que contribuisse para projetar diferentes ângulos de observação nos levou ao diálogo com a micro-história italiana, na qual se buscou acompanhar os debates em torno de seus procedimentos de pesquisa. Isto não quer dizer que a perspectiva micro seja superior em sua capacidade interpretativa, mas apenas a considerou como uma opção de análise. Do mesmo modo, entendeu-se que tal escolha não significou a fragmentação do objeto a tal ponto

que inviabilizasse as generalizações sempre que se fizessem necessárias.

As implicações de tal opção foram amplas, a exemplo de se evitar generalizações e modelos a priori, conforme se explicitou na busca de um tipo de periodização para além da clássica história política brasileira, optando-se alternativamente por considerar os marcos temporais que foram forjados pelos próprios agentes individuais e coletivos. Do mesmo modo, buscou-se tratar do espaço como parte integrante da construção do objeto de pesquisa, uma vez que partimos da aceção de que o espaço é historicamente constituído. Assim, não soava adequado impor aos agentes sociais um corte político-administrativo definido nos anos 1980 para indivíduos e coletividades que viveram diferentes experiências em sua relação com o espaço. Por isso, a sugestão de operar com a região das Praias como rede de relações sociais, lugar de circulação dos professores leigos no exercício de seu ofício.

Do complexo processo de construção social dos professores leigos, procuramos destacar as relações com a família e as comunidades de vizinhança, uma vez que os primeiros passos em direção ao ofício de ensinar e a própria permanência na atividade devem ser entendidos nos múltiplos contextos que permeiam as relações sociais no campo. Consideramos, portanto, que a construção dos professores leigos como grupo de ofício passa necessariamente por explorar o contexto relacional. Isso não significa desconsiderarmos o Estado como instância modeladora de identidades profissionais, mas propomos operar com a redução de escalas para investigar a ação desses agentes como protagonistas em sua luta pela sobrevivência e pela própria capilarização do processo de escolarização junto às comunidades rurais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida, Marcos Antônio de. “Estudos de gestão: Icapuí e Janduís”. **Revista Pólis**, São Paulo, n.º 11, pp. 05-47. 1993.

Augé, Marc. **Por uma antropologia dos mundos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Brasil, Bertrand Brasil. 1997.

CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 7ª ed., São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1987.

CALDEIRA, Clóvis. **Mutirão**: formas de ajuda mútua no meio rural. Brasileira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

Carvalho, Fábio Garcez de Carvalho. **As pequenas comunidades rurais e o ofício de ensinar**: de professor leigo a funcionário municipal (1940-2000). 2013. 306 p. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

Cerutti, Simona. **La ville et les métiers: naissance d'un langage corporatif**: Turin, 17 – 18 siècle. Paris: Ed. De l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1990.

Cunha, Luiz Antônio. **Educação, Estado e democracia no Brasil**, São Paulo: Cortez; Niterói: Editora Universidade Federal Fluminense; Brasília: FLACSO do Brasil, 2005.

Faria Filho, Luciano Mendes de. História da educação e História regional: experiências, dúvidas e perspectivas. In: MENDONÇA, Ana Waleska Campos Pollo; ALVES, Cláudia; GONDRA, José Gonçalves; XAVIER, Libânia Nacif; BONATO, Nailda Marinho da Costa (orgs), **História da Educação**: desafios teóricos e empíricos. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2009. p. 57-66.

Grendi, Edoardo. Paradoxos da história contemporânea. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho (orgs.). **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 39-49.

Lelis, Isabel. **Trajetórias de professores:** a pesquisa como história de vida. In: MENDONÇA, Ana Waleska Campos Pollo (org). **História e Educação.** Rio de Janeiro: Forma e Ação, 2010. p. 253-269.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. **A Escrita da História: novas perspectivas.** São Paulo: UNESP, 1992. p. 133-161

_____. **A herança imaterial:** trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Brasil, Civilização Brasileira, 2000.

_____. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da História Oral.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 167-182.

Lotta, Gabriela & MARTINS, Raphael. Estudo da continuidade dos projetos educacionais no Município de Icapuí, **Cadernos de Gestão Pública e Cidadania.** São Paulo: FGV, 2003. p. 01-53. Disponível em: <[www.http://inovando.fgvsp.br](http://inovando.fgvsp.br)>. Acesso em: 02 de abr. de 2008.

McCulloch, Gary. **A História da Educação e a formação do professor.** Caxambu: 2010. 10 p. (Palestra, 33ª Reunião Anual da ANPED). Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/42056997/A-historia-da-educacao-e-a-formacao-de-professor-Gary-McCulloch-33-anped>>. Acesso em: 04 de ago. 2017.

Nunes, Clarice. Quando a casa vira escola: a modernidade pedagógica no Brasil. In: MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa; MEDEIROS, Arlette Gasparello; MAGALHÃES, Marcelo de Souza. **Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas.** Rio de Janeiro: Mauad X, FAPERJ, 2007. p. 39-56.

_____. Caminhos da historiografia da educação: algumas reflexões. In: MENDONÇA, Ana Waleska Campos Pollo; ALVES, Cláudia, Gonçalves; GONDRA, José; XAVIER, Libânia Nacif; BONATO, Nailda Marinho da Costa (orgs). **História da Educação:** desafios teóricos

e empíricos. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2009 p. 41-50.

Saete, Roseli; PEREIRA, Isabel Brasil [et al]. **Dicionário da Educação do campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 445-450.

Xavier, Libânia Nacif. História da Educação e História Local. MENDONÇA, Ana Waleska Campos Pollo; ALVES, Cláudia; GONDRA, José Gonçalves; XAVIER, Libânia Nacif; BONATO, Nilda Marinho da Costa (orgs). **História da Educação: desafios teóricos e empíricos**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2009. p. 51-56.

Submetido em: 05/02/2017

Aprovado em: 21/04/2017